



AÇÃO



NEGOCIAÇÃO



LUTA



EM DEFESA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

→ FNE solidária com greve dos jornalistas da Lusa

A Federação Nacional da Educação (FNE) saúda a coragem e determinação dos trabalhadores da Agência Lusa, que em outubro realizaram uma greve de quatro dias, pela defesa dos postos de trabalho e de um serviço público de qualidade.

A FNE apoiou em absoluto os motivos da jornada de luta destes profissionais contra os cortes de 30% previstos no Orçamento de Estado para 2013 e manifestou total solidariedade com todas as iniciativas que se realizaram ao longo de 4 dias.

Garantir a manutenção deste serviço nos moldes em que tem sido realizado até hoje, assume para nós particular importância. Não podemos permitir que se concretize a ameaça de redução da capacidade da Lusa em acompanhar a vida e o trabalho das organizações.

Esta luta é também nossa!

→ Comité consultivo sindical da OCDE reuniu em Paris

A FNE participou nos dias 3 e 4 de dezembro em Paris na reunião semestral do Grupo de Trabalho sobre educação, formação e as políticas de emprego do Comité consultivo Sindical da OCDE, durante a qual se faz a análise de trabalhos desenvolvidos pela OCDE.

Em debate, o programa para a avaliação internacional das competências de adultos e as ações em curso pela Comissão Europeia e pela CES em termos de reconhecimento e validação de competências adquiridas em posto de trabalho.

Os trabalhos incluíram ainda a apresentação e o debate sobre o desenvolvimento atual do estudo PISA, sobre os exames em curso dos quadros de avaliação para melhorar os resultados escolares, e ainda sobre os estudos em curso acerca dos ambientes pedagógicos inovadores e de sistemas de avaliação e de remuneração dos professores.

Os estudos PIAAC - programa para a avaliação internacional das competências dos adultos, PISA e TALIS estiveram em cima da mesa, tendo sido anunciado que estão em curso trabalhos com vista à compatibilização destes dois últimos estudos, procurando ganhos com a conjugação das sinergias que ambos contêm.

Foi anunciado também que está em preparação o lançamento de um novo estudo que vai analisar os resultados escolares por escola, associando-lhe elementos sobre o estatuto sócio económico das famílias dos respetivos alunos e ainda sobre o clima interno de cada uma.

Finalmente, a reunião debateu a atual situação económica mundial, particularmente em relação aos países da OCDE, para os quais se prevêem índices de crescimento para 2013 bem inferiores ao que tinha sido previsto no ano passado. Considerou-se que é urgente proceder a alterações estratégicas de políticas, de forma que estas promovam o crescimento e o emprego.

→ Reunião do Comité do Diálogo Social Europeu na Educação Foram definidas estratégias para repensar a Educação

Realizou-se no dia 8 de novembro, em Bruxelas, a reunião plenária anual do comité do diálogo social europeu em educação. A representação sindical de Portugal esteve a cargo da FNE. Em sessão plenária foi feita a apresentação da próxima Comunicação da Comissão Europeia, que terá como tema "Repensar a educação" e que deverá ser aprovada no final deste mês.

A referida futura Comunicação estará virada para o investimento nas competências para se obterem melhores resultados sócio-económicos e terá como ponto de partida as opções já assumidas pela UE no âmbito da Estratégia 2020.

O trabalho futuro irá centrar-se no levantamento das qualificações que serão necessárias na sociedade europeia de 2020, sem deixar de ter em linha de conta a realidade dos níveis atuais de qualificação da população europeia com idades compreendidas entre os 24 e os 65 anos de idade, e ainda as baixas percentagens de resultados escolares em leitura, matemática e ciências, que na UE estão abaixo da média da OCDE.

Outro aspeto considerado será o do nível de frequência de vias de formação profissional no ensino secundário. Os dados de partida incluem ainda os que dizem respeito ao número elevado de docentes que em muitos países vai para a aposentação até 2020.

A referida Comunicação terá, entre outros, um capítulo dedicado à construção das competências necessárias para o século XXI, um outro sobre o estímulo a uma aprendizagem aberta e flexível, e ainda um outro sobre o investimento em educação, ao nível do investimento efectivo, da partilha de custos ou das parcerias.

Esta sessão plenária serviu ainda para efetuar uma análise da evolução que estão em desenvolvimento no âmbito deste comité.

FICHA TÉCNICA NF

dezembro 2012

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

editor

Pedro Barreiros

produção de conteúdos

Fátima Martins, Lucinda Manuela, Cristina Ferreira e Paulo Amadeu

secretariado

Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte * Sindicato dos Professores da Zona Centro * Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa * Sindicato Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

departamento administrativo e financeiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Costa Cabral, 1035 *
4200-226 Porto * tel.
225073880 * fax.
225092906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques

impressão

Gráfica Maiadouro

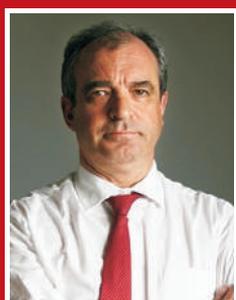
distribuição

FNE

tiragem

21200 exemplares

Editorial



MAIS CORTES NA EDUCAÇÃO? NÃO

Os portugueses têm vivido momentos muito difíceis.

Opções erradas feitas no passado por vários governos tiveram como efeito a necessidade de, em 2011, recorrer a um financiamento internacional que permitisse que o país respondesse às suas obrigações. A partir daí, e em agravamento de medidas de contenção já tomadas em 2010, os impostos aumentaram, diminuíram-se ainda mais os salários e as pensões. Em resultado destas medidas, o PIB diminuiu, a recessão instalou-se e o desemprego assumiu proporções desmesuradas e inaceitáveis.

Na área da Educação, foi imposta uma revisão curricular sem sustentação e que teve como único resultado uma poupança imediata de mais de 130 milhões de euros; aprofundou-se, sem qualquer critério pedagógico, a agregação de escolas, constituindo unidades organizacionais de dimensão ingovernável, sem proximidade entre as pessoas e que muito provavelmente só promovem mais abandono e mais insucesso; determinou-se o aumento do número de alunos por turma, ao arrepio de tudo o que são orientações ditadas por estudos pedagógicos consistentes; promoveu-se o desperdício de milhares de docentes dos quadros, competentes, com conhecimentos e com experiência, e que abandonaram precocemente a profissão; não se aproveitaram recursos humanos formados pelas nossas instituições de ensino superior para serem docentes e que estão a ser precipitados para o desemprego.

Mas, depois disto tudo, surge inesperadamente uma nova ameaça, sob a capa de uma indefinida “refundação do Estado” e que se concretiza na “necessidade” de reduzir 4100 milhões de euros em despesas sociais, entre as quais a Educação não pode deixar de ter uma fatia significativa.

Ora, isto é insustentável. Nem se crê que aquele novo corte em despesas sociais seja necessário, e considera-se que não é possível determinar novos cortes na Educação.

O crescimento e o desenvolvimento nacionais impõem, pelo contrário, que a Educação e a Formação sejam encaradas como estratégicas. Os desafios que temos pela frente exigem que hoje não se ponha em causa o futuro.

É por isso que, com toda a convicção, afirmamos que “Mais cortes na educação? Não!”.

João Dias da Silva
Secretário - Geral

fine

NÃO ASSINAMOS O ACORDO - CONCURSO NÃO RESPONDE AOS DIREITOS DOS CONTRATADOS

Terminaram no passado dia 15 de novembro as negociações entre a FNE e o Ministério da Educação e Ciência (MEC), iniciadas em outubro, para a realização de um Concurso Externo Extraordinário para a vinculação de professores contratados. Este processo negocial acabou por não merecer o nosso acordo. Após várias reuniões onde fomos propondo uma série de alterações, que vimos contempladas na proposta final apresentada pelo MEC, concluímos, contudo, não haver condições para rubricar o documento final, embora consideramos que, graças às nossas propostas, houve um salto qualitativo importante em relação às condições de realização de um concurso, se for esse o caminho.

No entanto, os avanços ficaram longe de satisfazer os aspetos que considerávamos indispensáveis para assegurar que fosse eliminado o nível de precariedade a que assistimos nas nossas escolas, como se refere mais à frente. Finalmente, foi entendimento da FNE solicitar, em carta enviada ao MEC, a não concretização do Concurso Externo Extraordinário de Vinculação de Professores. Com efeito, entendemos que seriam poucos ou nenhuns os ganhos, para os professores contratados, da realização deste concurso. Estamos certos de que, realizado nas vésperas do concurso ordinário previsto para 2013, o concurso extraordinário não beneficiaria os docentes até aqui contratados, não implicando mais hipóteses de colocação do que o concurso externo extraordinário. Tendo em conta o calendário a que tem de obedecer o estabelecimento de uma tal norma legal, e o calendário a que terá de obedecer a sua operacionalização, verificamos que se estará em presença de um concurso extraordinário que ocorrerá nas vésperas de um concurso ordinário, sem que vislumbremos os efeitos positivos de uma decisão deste tipo.



→ Houve três questões importantes que nos separaram de aceitar a proposta do MEC:

- Não se garante o direito à vinculação da totalidade dos docentes contratados que reúnam as condições contratuais que nos termos da legislação em vigor lhes conferem tal direito;
- Nunca soubemos o universo de vagas que irão ser preenchidas pelo procedimento concursal a que respeita a proposta de legislação apresentada pelo MEC.
- Não foram considerados com direito a participação neste concurso outros docentes que a ele deveriam ter direito, nomeadamente os que têm trabalhado em idênticas circunstâncias nas Regiões Autónomas, no EPE, na EMRC, e ainda outros sem grupo de recrutamento.



→ A precariedade - Uma questão sempre adiada

Sempre foi entendimento da FNE que este Governo ficou confrontado com um problema grave, complexo e que veio aumentando de dimensão de ano para ano, sem que os sucessivos governos tivessem coragem de solucionar. É que o ensino público em Portugal tem vindo a funcionar assente em precariedade e injustiça. Hoje estamos confrontados com uma situação que envolve milhares de docentes.

Desde sempre a FNE defendeu o respeito que as pessoas e a lei merecem e sempre exigimos à tutela que houvesse um apuramento rigoroso das necessidades permanentes e consistentes, de tal maneira que não se tivesse de assistir todos os anos ao drama de milhares de docentes que tinham de esperar pela véspera do início de cada ano escolar para saberem em que escola é que iriam trabalhar no ano seguinte.

Por outro lado, a FNE vem sustentando desde 2009 que se realize um concurso extraordinário, em 2010 em 2011 e em 2012, não só para se ultrapassar a injustiça de que foram vítimas os docentes dos quadros integrados na breve e injustificada carreira de titulares e que por esse motivo foram impedidos de concorrer ao concurso interno de 2009, mas também para se proceder à integração nos quadros dos docentes sucessivamente contratados.

A verdade é que a situação se manteve inalterada, até que o atual Ministro da Educação e Ciência assumiu a compromisso de realizar até ao final de 2012 um concurso extraordinário para a vinculação. O que parecia uma boa notícia veio a revelar-se uma solução incompleta porque não respondeu à obrigação legal de substituir um vínculo precário por um vínculo sem termo para todos aqueles que a essa situação têm direito. Ficou assim claro para a FNE que estávamos perante uma solução incompleta que não respondia aos direitos que assistem a todos quantos reúnem condições para, à face da lei, terem um vínculo não precário.

→ Uma negociação difícil mas sustentada

As sucessivas reuniões entre a FNE e o MEC foram sendo pautadas pela apresentação de várias propostas que era essencial vermos respeitadas neste processo:

O respeito pela legalidade, com destaque para as orientações do Código de Trabalho que no setor privado não permite manter, indefinidamente, uma relação laboral precária, impondo-se que ao fim de uma sucessão de renovações de contrato, com limite máximo de três anos, o trabalhador passe a ter um vínculo com a empresa, desta vez com caráter permanente.

A posição da Assembleia da República, que já em 2010 aprovou uma recomendação na qual consagrava o princípio de que se deveria proceder à integração excecional na estrutura da carreira docente dos educadores e professores profissionalizados contratados, em funções de docência há mais de 10 anos.

A posição do Provedor de Justiça, que em ofício remetido ao Ministério da Educação refere com insistência a diretiva comunitária que impõe que os Estados Membros tomem medidas concretas que garantam a aplicação do princípio da não discriminação e que evitem os abusos decorrentes da utilização de sucessivos contratos a termo.



→ 2013 terá de marcar o fim da precariedade em Educação

A questão da estabilidade dos docentes e o combate à precariedade no setor da educação vão continuar a ser questões essenciais para a FNE. Continuaremos a insistir na necessidade de eliminar este dramático fator de perturbação do nosso sistema educativo e que se tem traduzido no inaceitável nível de precariedade que o caracteriza. Entendemos que o concurso ordinário previsto para 2013 permita a vinculação de docentes que têm sido sucessivamente contratados, e que dessa forma têm respondido àquilo que têm sido necessidades sistematicamente identificadas pelo nosso sistema educativo.

SINDICATOS CELEBRARAM DIA MUNDIAL DO PROFESSOR NAS ESCOLAS

“Hoje é o dia mundial do professor!”, a frase foi repetida vezes sem conta por pais, alunos e encarregados de educação. Quem chegava, bem cedo, às escolas percebia que não era um dia igual aos outros. E, foi mesmo um dia diferente em dezenas de escolas da zona norte e centro do país no passado dia 4 de outubro. Logo pela manhã, centenas de crianças eram brindadas com a entrega de um balão e de um postal com a mensagem: “Apoia o teu professor” – uma iniciativa levada a cabo pelo Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) e pelo Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), no âmbito do Dia Mundial do Professor.

A jornada começou bem cedo e envolveu dezenas de dirigentes dos sindicatos da FNE que de forma entusiástica fizeram passar a mensagem de que os professores são a chave para alcançar as metas da Educação para todos e que, cabe à sociedade dar um importante contributo valorizando o trabalho docente.

Cerca de três dezenas de escolas de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu serviram de palco a esta iniciativa de sensibilização e apelo para a importância do trabalho dos professores. Sob o lema “Apoia o teu professor” e em tom descontraído foi deixado o alerta junto de alunos, pais e comunidade em geral. Os milhares de balões e postais distribuídos deram um colorido especial às escolas. A receptividade à iniciativa superou as expectativas de todos e ficou a certeza de que é através da valorização do trabalho dos professores que conseguimos uma escola melhor para os nossos alunos.

As comemorações do Dia Mundial do Professor espalharam-se por todo o mundo, numa organização conjunta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Internacional da Educação (IE), da UNICEF e do Programa de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP). A FNE, como membro da Internacional da Educação, e, à semelhança dos anos anteriores, associou – se às celebrações.





PORTO

EB1 da Barranha - Agrupamento de Escolas Senhora da Hora N°2



PAÇOS DE FERREIRA

Centro Escolar de Paços de Ferreira



MIRANDELA

Agrupamento de Escolas de Mirandela



BRAGA

Agrup. de Escolas de Maximinos (Centro Escolar de Maximinos)



BRAGANÇA

Centro Escolar da Sé JI/EB1



VILA REAL

Centro Escolar Araucária - Agrup. Monsenhor Jerónimo do Amaral



PONTE DE LIMA

EB1 de Ponte de Lima - Agrup. Escolas António Feijó



ESTARREJA

Agrupamento de Escolas Padre Donaciano de Abreu Freire



VISEU

Escola EB1,2 João de Barros



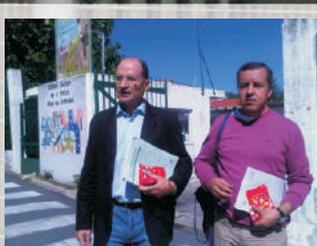
CALDAS DA RAINHA

Escola Raúl Proença - EB1 do Parque



CASTELO BRANCO

Sede do Agrupamento de Escolas João Roiz



COVILHÃ - Sede do Agrup. de Escolas Pêro da Covilhã



7 DE OUTUBRO DIA MUNDIAL DO TRABALHO DIGNO

A Jornada Mundial pelo Trabalho Digno contou, uma vez mais, com a participação dos dirigentes da FNE. Este ano a celebração passou pelas escolas, onde desenvolvemos uma série de iniciativas com alunos e professores.

Pelo quinto ano consecutivo, a Confederação Internacional de Sindicatos (ITUC) organizou, no dia 7 de outubro, a celebração da **Jornada Mundial pelo Trabalho Digno**, este ano com o foco particular em *Empregos para Jovens e Por Melhores Dias de Trabalho para todos*.

Este ano, a **Jornada Mundial pelo Trabalho Digno** colocou uma ênfase muito especial nos jovens de todo o mundo, pois eles continuarão a ser, a par das mulheres, as maiores vítimas do desemprego e do trabalho precário. Estima-se que 75 milhões de jovens estejam, neste momento, sem um emprego em todo o mundo. Em alguns países, o desemprego dos jovens atinge os 60%. No segmento do emprego jovem é onde se verifica a maior diminuição dos salários médios. Em Portugal, muitos recém-licenciados aceitam trabalhar recebendo valores abaixo do salário mínimo nacional. Outros escondem as suas verdadeiras habilitações para conseguirem um posto de trabalho e assegurarem a sua sobrevivência.

A **Jornada Mundial pelo Trabalho Digno** mobilizou, assim, mais uma vez, sindicatos de todo o mundo e organizações de direitos laborais, através de atividades em mais de cem países, levadas a cabo por milhões de pessoas, unidas numa mensagem comum: trabalho digno para todos, como centro de ações governativas para voltarmos ao crescimento económico e a uma política económica global que recoloca as pessoas em primeiro lugar.

Na FNE dezenas de dirigentes mobilizaram-se em torno desta celebração. As iniciativas prolongaram-se pelos dias 8 e 9 de outubro, em várias cidades da zona norte, onde os dirigentes realizaram uma série de encontros nas escolas. Associando-se a esta grande jornada mundial os dirigentes da FNE realizaram palestras sobre a necessidade de reclamar trabalho digno e pleno respeito pelos direitos dos trabalhadores. Escolas do Porto, Santo Tirso, Viana do Castelo, Bragança, Penafiel, Vila do Conde e Santa Maria da Feira acolheram os encontros, nos quais participaram professores e alunos.

Os debates foram intensos, com a plateia a interromper os oradores e a lançar ideias e sugestões para o debate. O balanço final foi claramente positivo e ficou a certeza de que foi compreendido o significado e a importância do conceito de trabalho digno.

Com esta iniciativa, a FNE, membro da UGT, mostrou que está profundamente empenhada na luta contra o desemprego, contra o trabalho precário, na promoção da recuperação económica baseada no crescimento do emprego e do trabalho digno, nos serviços públicos de qualidade, no investimento público e contra as medidas de austeridade, de ataques aos salários e à segurança no emprego – presentes na vida de milhões de trabalhadores em todo o mundo.



VIANA DO CASTELO - Escola Secundária de Monserrate



BRAGANÇA - Agrupamento de Escolas D. Afonso III



PORTO - Escola Secundária Alexandre Herculano



O empenho na celebração desta **Jornada Mundial pelo Trabalho Digno** foi o de recolocarmos a globalização num caminho diferente do que temos trilhado até aqui: num caminho mais justo, mais inclusivo e mais sustentado – para atingirmos as aspirações justas dos trabalhadores num mundo melhor, conseguirmos a recuperação desta crise e prevenirmos uma crise futura.

Foi por isso, nosso intuito, celebrar esta data nas escolas e com as escolas, no sentido de unir esforços para cumprir o objetivo a que nos propusemos. A todos os que nos receberam o nosso agradecimento muito especial.



PENAFIEL - Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo



SANTO TIRSO - Escola Profissional Oficina

Ensino Particular e Cooperativo

É URGENTE REGULARIZAR O SETOR

Após meses de interregno, durante os quais, pese as várias solicitações da FNE, a ANESPO nunca mostrou disponibilidade para retomar as negociações para o primeiro contrato coletivo específico para o Ensino Profissional, realizou-se no dia 8 de setembro de 2012 uma reunião de negociação entre as partes.

A FNE manifestou à comissão negociadora da ANESPO a sua forte oposição à manutenção da desregulação laboral atualmente existente na maioria das escolas profissionais e manifestou, novamente, a sua total disponibilidade para finalizar este processo de negociação.

A ANESPO justificou a inércia negocial existente com uma série de considerações sobre as alterações ao funcionamento e financiamento das escolas profissionais, nomeadamente as que decorrem das novas regras de organização das turmas e de cálculo de financiamento, bem como a recente concorrência agressiva por parte do ensino profissional sob a tutela do IEFP, o qual conta com o apoio estatal e agrava de forma considerável as condições de funcionamento das escolas profissionais que a ANESPO representa.

Esta reunião foi aproveitada ainda para a ANESPO anunciar uma proposta de criação de uma confederação patronal que englobaria a AEEP e a ANESPO, com o intuito de reforçar a capacidade associativa e reivindicativa perante os parceiros, nomeadamente o Governo, e que por outro lado inviabilizaria a continuidade do processo negocial para a celebração de um CCT específico para as escolas profissionais, já que o objectivo seria essa nova confederação patronal negociar um único CCT para o setor particular.

A FNE lamentou que a ANESPO queira desperdiçar anos de trabalho entre as partes na construção de um clausulado que correspondesse aos anseios dos profissionais deste setor, assim como das entidades patronais, e que se queira agora esperar pela criação da confederação para iniciar um novo processo negocial.

A FNE defende a urgente regularização do regime laboral deste setor e exigiu que a ANESPO apresentasse, a curto prazo, uma contraproposta de carreira e salários à última proposta apresentada pela FNE

Sem prejuízo desta exigência, a FNE manifestou a sua total disponibilidade para, no futuro, iniciar negociações com a nova confederação patronal para a celebração de um contrato coletivo para o ensino particular.

UGT ENTREGA A PM MOÇÃO CONTRA "ULTRA-AUSTERIDADE"

O secretário-geral da UGT entregou no passado dia 26 de outubro no gabinete do primeiro-ministro uma moção da central sindical de oposição à proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2013, um documento que, diz a UGT, potencia a "ultra-austeridade".

Cerca de meio milhar de dirigentes e ativistas sindicais da UGT dirigiram-se para São Bento, passando pela Assembleia da República, reivindicando melhores direitos para os trabalhadores e manifestando-se contra as medidas da austeridade.

À cabeça da manifestação seguia o secretário-geral da UGT, João Proença, acompanhado por diversos dirigentes dos vários sindicatos afetos à UGT, e com uma forte presença dos sindicatos de professores afetos à FNE. A concentração partiu da Rua Castilho, em Lisboa, e terminou junto a São Bento onde foi entregue uma moção ao primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, manifestando «indignação pela proposta do OE 2013 e as reivindicações da central e dos seus sindicatos na defesa de um país mais justo e solidário».



Na moção, a UGT manifesta a indignação pela proposta de orçamento do governo e apresenta as reivindicações económicas e sociais da central, na defesa de um Portugal mais justo e solidário.

Esta manifestação vem na sequência de uma **resolução do Secretariado Nacional da UGT denominada OE 2013 – UGT Contra a Austeridade pela Austeridade**, depois aprovada em Conselho Geral, na qual a central sindical demonstra a sua total oposição às medidas de austeridade que estão a arrastar a Europa para a estagnação económica, para uma recessão, bem como para o desmantelamento consecutivo do Modelo Social Europeu.

A UGT defende que Portugal deve intervir a uma só voz a nível europeu, tomando opção por políticas diferentes, articuladas com Espanha, França, Itália e Grécia. Na linha do Comité Executivo da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a central sindical persiste na sua luta pelo diálogo social, pela negociação colectiva, pela governança económica que conduza ao crescimento e emprego duráveis e ainda por uma justiça económica e social.



→ Conferência sobre sindicalização

A UGT, em parceria com a CEFOSAP realizou nos dias 25 e 26 de outubro uma Conferência Internacional sobre Sindicalização. Nesta conferência participaram cerca de 250 delegados, de Portugal e do estrangeiro.



Em análise esteve a sindicalização e a sua importância para o reforço do poder negocial dos sindicatos. A conferência contou com uma série de especialistas nacionais e estrangeiros que apresentaram diversas perspetivas sobre esta temática. Para além do contributo dos dirigentes, este fórum contou com a presença de Pere Beneyto, um reconhecido académico e especialista nesta temática.

O professor da Universidade de Valência fez uma palestra sob o lema “O sindicalismo europeu: organização, filiação e representatividade”, onde descreveu a evolução recente do sindicalismo na Europa. Pere Beneyto revelou alguns números recentes relativos ao processo de sindicalização, dando conta que a nível mundial os números apontam para 170 milhões de filiados e a nível europeu 60 milhões. O universitário revelou ainda que atualmente a taxa média europeia de sindicalização ronda os 24%.

A FNE esteve representada com uma delegação composta por cinco delegados: Carlos Calixto (FNE/SDPSul), António Teixeira (FNE/STAAEZN), Maria Antónia Camões (FNE/SDPGL), Ana Paula Nunes (FNE/SDPGL), Cristina Ferreira (FNE/STAAESul).

Em discussão e análise estiveram, igualmente, os casos e a realidade da sindicalização na Europa, com os casos da Inglaterra, Bélgica, França, Espanha e Alemanha e, ainda, uma abordagem à realidade sindical em África e no Brasil.



→ UGT – Orçamento de Estado para 2013 Dizemos não à “ultra-austeridade”

A UGT rejeita em absoluto a Proposta de Orçamento de Estado de 2013, que vai agravar a pobreza, aumentar o desemprego e as desigualdades sociais e reforçar a recessão económica. A posição da central sindical baseia-se em 5 razões fundamentais: impõe um ultra – austeridade que nada justifica; o aumento brutal da carga fiscal é feito sobretudo à custa dos salários e das pensões; os cortes na despesa vão afetar fortemente as famílias de mais baixos rendimentos; as medidas contra os trabalhadores do setor público afetam fortemente os seus direitos e não contribuem para a melhoria do Serviço Público.

Para a UGT é claro que esta ultra-austeridade arrasta perigosamente o País para uma crise recessiva, para uma situação de mais sacrifícios provocarem menores receitas que as previstas, exigindo mais sacrifícios aos trabalhadores. É um orçamento que penaliza sobretudo o rendimento das famílias. O aumento das receitas é feito sobretudo à custa do IRS, que aumenta mais 2.810 milhões de euros, num total de aumento dos impostos de 3.710 milhões de euros; ou seja, o IRS contribui com 76%.

Em 2012, o Governo exigiu grandes sacrifícios e, apesar disso, não foi capaz de cumprir os objetivos do défice, face ao falhanço nas receitas provenientes em especial do IVA e do IRC, para o qual contribuiu o aumento da fraude fiscal. As receitas do IRS têm sido superiores ao previsto, aumentando as desigualdades e penalizando sobretudo os trabalhadores e pensionistas.

Em 2013, tudo aponta que o Governo pretende seguir o mesmo caminho, ou seja actuar através de um aumento do IRS superior ao previsto, enquanto que as receitas provenientes dos lucros das empresas e da tributação da riqueza serão muito inferiores ao previsto, agravando ainda mais a injustiça fiscal.

A taxa sobre as operações financeiras especulativas, que se saúda, conduz a uma receita marginal, o que demonstra o carácter simbólico da medida.

O aumento do IRS, com o seu carácter degressivo, agrava ainda mais as injustiças fiscais.

O aumento brutal do IRS vai afectar gravemente a vida de todos os trabalhadores e pensionistas, com um aumento insustentável de injustiça fiscal.

A redução do número de escalões não é mais do que um artifício para aumentar a carga fiscal e diminuir a progressividade dos impostos.

É completamente inaceitável que o IRS aumente em média mais de 30% e o IRC tenha um aumento de menos de 4%, quase duplicando o valor dos impostos no 1º escalão, que abrange os mais baixos rendimentos.

A destruição do Estado Social

A redução de despesas vai provocar cortes inaceitáveis em áreas fundamentais, nomeadamente Educação, Saúde e Prestações Sociais, penalizando sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos e a classe média.

A UGT denuncia como especialmente penalizador e totalmente inaceitável a diminuição do valor do subsídio de desemprego e do subsídio de doença, cujos beneficiários vão ser obrigados a pagar taxa social única.

É fundamental discutir seriamente o regime contributivo da Segurança Social que é um sistema de seguro social de gestão pública, financiado a 100% por descontos dos trabalhadores e dos empregadores.

O Governo não tem o direito de se apropriar de tal regime, devendo assegurar transparência na gestão e a sustentabilidade financeira futura, que garanta pensões dignas aos jovens que agora entram no mercado de trabalho **através de reformas a atingir por via de Compromissos tripartidos**, como tem acontecido no passado. Este orçamento admite medidas que na nossa opinião vão conduzir à destruição do Setor Público. O Governo propõe para os pensionistas e os trabalhadores do setor público e, em especial, da Administração Pública um conjunto de medidas profundamente penalizadoras, sem quaisquer preocupações com a melhoria do funcionamento da Administração.

Em suma a atuação do Governo, muitas vezes mais Troikista que a própria Troika, incapaz de apresentar políticas viradas para o Crescimento, Competitividade e Emprego, está a conduzir à destruição do tecido produtivo e ao empobrecimento dos Portugueses.

Este Orçamento não é uma alternativa à TSU. Com a TSU os trabalhadores perderiam directamente 7% do seu salário (por transferência para os empregadores) e em acréscimo seriam submetidos às medidas de austeridade agora propostas para a redução do défice.

Esta manipulação interessa a todos aqueles que não querem reconhecer a grande vitória obtida com o recuo da TSU, devida à mobilização da população, bem traduzida na concentração de 15 de setembro, e às atitudes gerais de repúdio a nível político, económico e social, com uma posição firme e conjunta dos parceiros sociais subscritores do Compromisso Tripartido de Janeiro de 2012.

- Uma maior justiça fiscal, com redução significativa do aumento do IRS e maior aumento da carga fiscal sobre as empresas e os detentores do capital e dos meios de riqueza;
- O reforço do combate à fraude e à fuga fiscal, em particular na área do IVA e o combate às ilegalidades nas importações;
- A anulação do prazo das prescrições das dívidas fiscais, nos prazos seguintes à decisão dos tribunais fiscais de 1ª Instância;
- Uma taxa sobre as operações financeiras especulativas que gere efetivas receitas;
- A anulação dos cortes nas despesas que afetem as famílias de mais baixos rendimentos;
- A revisão das medidas para a Administração Pública, quer as de carácter persecutório, quer as que penalizem a melhoria de funcionamento da Administração Pública, quer as que vão ao arrepio da equidade exigida na decisão do tribunal Constitucional;
- A revisão das medidas de Crescimento e Emprego;
- O pagamento mensal do 13º e 14º mês para todos os trabalhadores em 2013.



Caros colegas,

A situação geral do país e, em particular, no caso do Sistema Educativo, cada vez mais se tem agravado.

Tal agravamento não se verifica por ausência de luta ou porque tivéssemos facilitado a imposição das medidas de que estamos sendo vítimas. Razões de mais diversa natureza, especialmente decorrentes do quadro das finanças nacionais e da gravíssima crise global em que o país está mergulhado, não nos dão quaisquer tréguas pelo que nunca foi tanto o trabalho sindical desenvolvido.



Impõe-se, caros colegas que, em momento tão singular da vida nacional, com repercussões tão directas nos nossos locais de trabalho, não desistamos da luta que temos de travar. Esta é uma luta que se faz com a força de todos. É uma luta que não aguenta demissões ou desistências seja de quem for. Aliás, quanto maior for a crise, maior a necessidade de reforçar o apoio de todos e de novas adesões sindicais.

O STAAE Sul e Regiões Autónomas pretende ir mais além, na sua exclusiva luta de defesa dos direitos dos trabalhadores de apoio educativo, técnicos, assistentes técnicos, assistentes operacionais que, com toda a dignidade, apesar de condições salariais tão degradadas, têm de continuar a dar o melhor do seu esforço pelo bem estar e êxito escolar das crianças e jovens que são o futuro de Portugal.

O final de mais um ano é um momento que merece uma reflexão especial por parte de quem vos representa no cumprimento de um mandato saído do nosso último congresso, há cerca de um ano. Estarão lembrados que “Austeridade, alavanca para a qualidade” foi o lema do Congresso para os quatro anos da Direcção a que presido. Estamos a cumprir norteados por tal ideia. Sei que nos acompanham e também por isso vos saúdo.

Com os desejos de um Feliz Natal e de um Ano Novo menos austero,
A Presidente da Direcção do STAAE Sul e Regiões Autónomas
Cristina Ferreira

Internacional

EUROPA DEBATE OS EFEITOS DA CRISE NA EDUCAÇÃO

Nos dias 18 e 19 de outubro, mais de 100 dirigentes sindicais de todo o mundo estiveram em Bruxelas a analisar os efeitos da crise sobre a educação, partilhando experiências vividas em diferentes países, aprofundando o conhecimento das origens e razões dessa mesma crise e procurando formular pistas de trabalho para o futuro.

Na sessão de abertura, no primeiro dia, e depois da intervenção de boas vindas da presidente da Internacional da Educação, Susan Hopgood, falou Deborah Meier, que incidiu a sua comunicação sobre a exigência de uma educação democrática, não apenas ao nível do acesso de todos à educação, mas também ao nível de uma organização democrática da escola. Mas refletiu também sobre o espaço que a escola deve abrir à criatividade, dinamizando atitudes críticas em relação aos saberes já formulados, proporcionando dessa forma mais e novos saberes, e combatendo uma ideia de escola que é apenas repetitiva e preocupada em responder ao mercado.

O debate com que terminou esta sessão centrou-se sobre a oportunidade que esta situação de crise deve representar para a educação entendida globalmente, mas também para os próprios sindicatos de professores.

Ainda no primeiro dia, realizaram-se duas sessões em painel.

No primeiro, dedicado ao financiamento da educação, a moderação coube a Dennis Van Roekel (NEA - National Education Association - Estados Unidos) e entrevistaram, à partida, Peter Waldorf (secretário geral da Internacional dos Serviços Públicos), David Robinson (diretor geral da Associação Canadense de professores e professores universitários), Sharan Burrow (secretária geral da Confederação Sindical Internacional), e Jim Baker (Coordenador do Conselho das "Global Unions"). As intervenções puseram em destaque os efeitos devastadores de políticas cegas que se limitam a impor a austeridade pela austeridade, sem respeito pelas pessoas. O drama da dimensão inaceitável do desemprego foi sublinhado por todos os oradores, renovando a esperança nas pessoas. A questão de determinar a forma de sair da situação atual encontrou a afirmação de que o investimento em educação não pode ser posto em causa e que a intervenção ao nível da política fiscal se torna essencial, nomeadamente obtendo o fim dos paraísos fiscais.

O segundo painel do primeiro dia foi constituído por Roland Schneider (TUAC), que moderou, Martin Rømer (secretário geral do Comité Sindical Europeu da Educação), Angelo Gavrielatus (presidente federal do Sindicato Nacional da Educação da Austrália), Stella Maldonado (secretária geral da Confederação Argentina dos Trabalhadores da Educação), e Janka Takeva (presidente do Sindicato dos Professores Búlgaros). O tema desta sessão foi a análise de estratégias para sair da crise e de políticas para o crescimento económico futuro. Foi particularmente sublinhado que o próprio FMI acaba de verificar que falharam as políticas de austeridade que até agora foram utilizadas. Deste modo, torna-se essencial a aposta na mudança das políticas. Esta sessão afoi ainda particularmente significativa pelos exemplos de ações concretas desenvolvidas pelos sindicatos na luta contra os efeitos da crise na educação, com destaque para a campanha que foi conduzida na Austrália pelo restabelecimento de financiamentos suficientes para respostas educativas de qualidade nas escolas públicas.

O segundo dia de trabalhos iniciou-se com uma conferência de Carol Bellamy, que foi directora geral da Unicef e que hoje é coordenadora do projeto Parceria Global para a Educação. A principal preocupação aqui debatida correspondeu à diminuição generalizada do financiamento da educação, ao mesmo tempo que subiu a exigência de qualidade na educação, entendida como melhoria de resultados escolares na sequência de testes estandardizados.

Os trabalhos do segundo dia integraram ainda duas sessões em painel. No primeiro, subordinado ao tema do impacto da crise económica na educação e no desenvolvimento, entrevistaram Haldis Holst (Sindicato Norueguês da Educação), David Archer (membro da ActionAid), Teopista Birgungi (secretária geral do Sindicato de Professores do Uganda), Marième Dansokho (secretária geral do Sindicato de Professores do Senegal) e Karen Mundy (professora de liderança no Instituto de Estudos Pedagógicos de Ontario - Canadá). Mais uma vez, o que foi comum às intervenções foi a verificação de que o desinvestimento em educação é uma realidade em vários países e vários continentes, embora o discurso da qualidade esteja também sempre presente. Neste painel teve ainda particular relevo a ligação entre qualidade e os níveis de formação inicial e contínua dos professores.

O último painel desta jornada teve como oradores David Edwards (secretário geral da Internacional da Educação e antigo secretário internacional da NEA - Estados Unidos), e outros membros do Executivo da Internacional da Educação, Mugwena Maluleke (secretário geral do Sindicato Democrático dos Professores da África do Sul), Patrick Roach (secretário geral adjunto do NASUWT - Reino Unido), Eva-Lis Sirén (presidente do Sindicato dos Professores da Suécia) e Grahame McCulloch (secretário geral do Sindicato Nacional da Educação Terciária na Austrália). A sessão insistiu na necessidade de desenvolvimento de ações concretas por uma educação de qualidade, voltando a insistir-se na necessidade de procurar que essas ações sejam desenvolvidas em parceria e com apoio da sociedade, particularmente os pais.

O seminário terminou com uma intervenção do secretário geral da Internacional da Educação, Fred Van Leeuwen, o qual reafirmou que a austeridade não é nem o caminho nem a solução. Aliás, o que se tem de demonstrar é o falhanço da austeridade, o que é preciso é definir novas políticas de combate aos deficits, é preciso continuar investimentos públicos, nomeadamente na educação, é preciso combater eficazmente o desemprego e promover empregos de qualidade, é preciso procurar novas formas de obtenção de recursos através de novas políticas fiscais, acabando nomeadamente com os paraísos fiscais e com todas as formas de fuga ao fisco, é preciso investir na negociação coletiva.

→ Conferência final do CSEE sobre violência nas escolas

Nos dias 22 e 23 de outubro de 2012 decorreu em Bruxelas a conferência final de um projeto do CSEE organizado pela ETUCE em parceria com A EFEE (European Federation of Education Employers), Comité Sindical Europeu da Educação, filiado na Confederação Europeia de Sindicatos, subordinado ao tema da violência nas escolas e o papel dos parceiros sociais da educação na questão da violência nas escolas (“Social Partners in education concerned about violence in schools: how to prevent and mitigate third part violence and harassment in schools”). A FNE foi representada por Alexandre Dias.

Durante estes dois dias, o tema da violência por parte de terceiros, nomeadamente alunos, pais ou outros elementos externos à escola, foi debatido pelos participantes na conferência e pelos peritos que apresentaram resultados de estudos, projetos em funcionamento, atividades desenvolvidas por escolas e instituições e projetos financiados ou geridos por instituições europeias.

No final do segundo dia foi apresentado um guia de implementação de medidas contra a violência no setor da educação, documento desenvolvido durante o projeto e negociado pelos empregadores e sindicatos. Cada um dos grupos de trabalho apresentou contributos para o documento final. O mesmo está a ser negociado pelos parceiros sociais e será publicado brevemente.

→ Recebemos a visita de dirigentes da Roménia

No dia 7 de novembro, nas instalações do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), a FNE recebeu um grupo de 34 altos dirigentes Romanos responsáveis pela administração educativa e pela formação profissional. A reunião, organizada pela Agência Nacional Romena, teve como objetivo apresentar a situação do país, do ensino profissional e da situação político sindical.

No debate, foram abordados temas relacionados com a estrutura do ensino profissional, a forma como os sindicatos participam na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos nacionais e na validação das aprendizagens. Na reunião foram também apresentadas as estruturas de formação organizadas pelos sindicatos da UGT e da FNE.



NEGOCIAÇÕES FESAP/GOVERNO

O processo negocial entre a FESAP e o Governo, com o objetivo da negociação de medidas a incluir no Orçamento de Estado, para o ano de 2013, teve início no passado mês de setembro.

As propostas apresentadas pelo Governo de um novo pacote de austeridade, que recai de modo muito especial sobre os trabalhadores e pensionistas da Administração Pública, constituem uma forte preocupação e são totalmente rejeitadas, pela FESAP. O corte do subsídio de férias, agravado com o brutal aumento de impostos previsto, em especial do IRS, levará a que os trabalhadores e os pensionistas da Administração Pública continuarão a ficar, na maioria dos casos, sem o valor equivalente aos dois subsídios a que têm direito. Mantém-se assim a desigualdade e a falta de equidade de esforços, no combate à crise, sendo, mais uma vez, os trabalhadores e pensionistas da Administração Pública, mais penalizados do que os trabalhadores do setor privado.

Esta situação parece-nos ser ferida de inconstitucionalidade dado que não considera as orientações do Tribunal Constitucional, cujo acórdão é muito claro ao dizer que os trabalhadores da Administração Pública não podem ser mais penalizados do que os restantes trabalhadores e setores da sociedade.

Para agravar ainda mais esta situação, o Governo assumiu a intenção de continuar a fazer cortes orçamentais nas prestações sociais e em setores fundamentais para a coesão social como a educação, saúde e segurança.

Ao longo do processo negocial o Governo foi avançando com outras medidas, para além das referidas, de forte austeridade para a Administração Pública que alteram as condições de trabalho e as legítimas expectativas e direitos dos seus trabalhadores e que foram objeto de acordo entre a FESAP e o Governo e que este, de uma forma unilateral denuncia.

De entre estas medidas anunciadas pelo Governo são de salientar:

- ➔ a proposta de convergência, para 2013, das regras de aposentação dos beneficiários da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social, o que significa que a partir do ano de 2013 e não do ano de 2015, como ficou no Acordo anteriormente estabelecido entre a FESAP e o Governo, a obrigatoriedade dos 65 anos de idade para o direito à aposentação;
- ➔ redução do valor a pagar nas horas extraordinárias;
- ➔ corte nas ajudas de custo;
- ➔ a não renovação de 50% dos contratos a termo certo;

Estas medidas constituem uma forte injustiça e uma falta grave na distribuição equitativa dos esforços financeiros pedidos aos trabalhadores portugueses.

Em todas as reuniões havidas, a FESAP manifestou o seu total repúdio por estas medidas que violam Acordos anteriormente estabelecidos por esta Frente Negocial e o Governo.

O Governo fez, durante as reuniões alguns esclarecimentos nomeadamente que:

- ➔ o pagamento de um subsídio por duodécimos que não trará o aumento da base salarial mensal para efeitos de tributação de IRS;
- ➔ todos os trabalhadores que solicitarem a aposentação até 31 de Dezembro de 2012 terão aplicadas as regras atualmente em vigor e não as que constarão no Orçamento de Estado para 2013.

O Governo apresentou ainda, uma proposta de alteração ao SIADAP que está ainda em fase de apreciação. Para a FESAP é claro que esta alteração terá que retirar a carga burocrática existente no actual modelo bem como as injustiças que o mesmo contém.

Lucinda Manuela Dâmaso,
vice-secretária geral da FNE



*“...um sonho
que nos
move mais
forte que as
palavras.”*